



PROFISSÃO FEMININA OU MASCULINA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO?

Eliane Isabel Belani¹
Neide Cardoso de Moura²

Resumo

O texto refere-se a pesquisa realizada em um Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) de Francisco Beltrão no Paraná. Buscou conhecer as concepções dos/as estudantes sobre questões ligadas as relações de gênero, em seus contextos de formação profissional. Optou-se pela proposta metodológica baseada no Grupo Focal (GF), na Hermenêutica de Profundidade (HP) e interpretados pela Análise de Discurso (AD) com base nos estudos de Gatti (2005), Thompson (2011) e Orlandi (2009). Percebeu-se, até o momento, a presença de discursos que reforçam preconceitos e a generificação das práticas escolares compreendidas como próprias do universo masculino. Espera-se que o estudo traga avanços nas discussões sobre o tema e, em propostas que indiquem a mitigação dos mecanismos de exclusão de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Profissionalização. Educação.

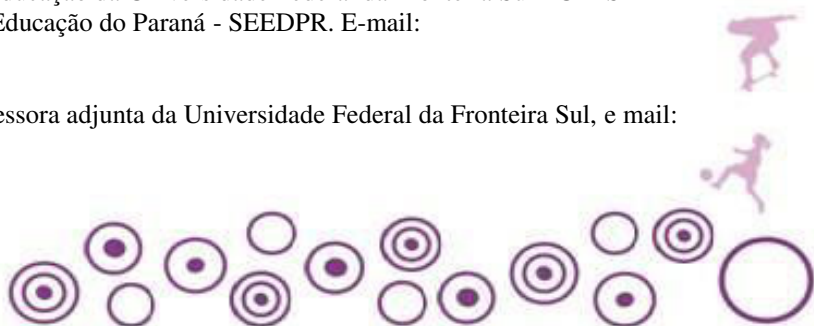
A pesquisa e as teorias


Nas sociedades ocidentais, especialmente, as concepções acerca do gênero acabam se entrecruzando com aquelas estabelecidas para os padrões profissionais. A resposta para a questão o que é ser um/a bom/boa profissional? Passa a ser, também, atribuída de acordo com os papéis designados para as masculinidades e feminilidades sobrepondo-se a outros aspectos individuais, como por exemplo, a história de vida, classe, etnia etc. Estas práticas estão tão naturalizadas socialmente que podemos facilmente nos reconhecer classificando profissões como masculinas e femininas.

Com base nessas observações empíricas surgiu a intenção de pesquisar as relações de gênero no espaço de um Centro Estadual de Educação Profissional do estado do Paraná, mais conhecido como colégio agrícola. No sentido de pesquisar as práticas e vivências dos jovens estudantes deste local, buscando conhecer como os alunos e alunas vivenciam as questões ligadas as relações de gênero, em seus contextos de formação profissional. Tem-se como

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
Professora Pedagoga da Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEEDPR. E-mail:
elianebelani@gmail.com

² Doutora em Psicologia Social – PUC/SP – Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul, e mail:
neide.moura@uffs.edu.br





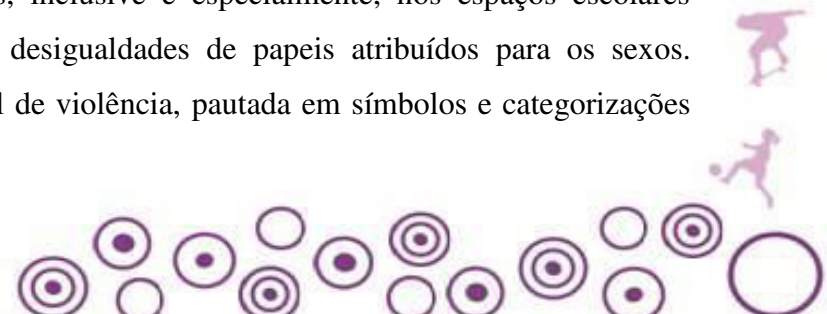
hipótese, para esse contexto, que os preconceitos e estereótipos relacionados as profissões tidas como de gênero masculino, ainda permaneçam como dominantes excluindo, assim as possibilidades de expansão para a participação feminina.


O conceito de gênero, especialmente neste estudo, é entendido como a construção social embasada nas diferenças sexuais, ao modo como são representadas ou valorizadas, referindo-se aquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto histórico e cultural (LOURO, 2000). Esse entendimento remete ao conceito elaborado pela historiadora Joan Scott ao destacar que, não se trata de um conceito estático e universalizante, uma vez que depende de relações com outros conceitos históricos, mas, sim, uma categoria importante de análise histórica.

Para Scott a categoria gênero é composta de duas partes ou duas proposições, sendo, a primeira dividida em outros quatro elementos ou facetas, não podendo ocorrer a separação sob o risco de perderem seus significados. Assim ao afirmar que “Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86), refere-se: em primeiro lugar aos símbolos e representações, características, qualidades atribuídas aos sexos; em segundo as interpretações destes símbolos e a aplicação enquanto norma ou padrão; em terceiro, a condição intemporal destes atributos mantida por instituições, política e organizações sociais e, em quarto, a subjetividade ou maneira como os indivíduos internalizam os símbolos, suas características e papéis.

Convém observar, como propõe a autora que, a essas proposições podem ocorrer simultaneamente, ao considerar o gênero como uma “forma primária de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 88). O que pressupõe dizer que é um campo no interior do qual, ou por meio do qual, se constituem, legitimam e justificam as relações de poder, isso para explicar o estabelecimento de relações hierárquicas entre homens e mulheres.

Nesse sentido Scott (2012), aponta como os traços atribuídos para cada sexo, justificavam seus diferentes tratamentos, os quais naturalizavam o que, na verdade, eram fatos sociais, econômicos e de desigualdades políticas, bem como condensavam as variedades da feminilidade e masculinidade ao sustentar um sistema binário hierarquicamente arranjado. Assim as autoras Setton e Vianna (2014), sinalizam que o processo de socialização de gênero está baseado em construções presentes, inclusive e especialmente, nos espaços escolares justificando sob forma de tradição as desigualdades de papéis atribuídos para os sexos. Destacam que o uso de uma forma sutil de violência, pautada em símbolos e categorizações





são capazes de legitimar as estruturas sociais concebidas, arbitrariamente, como espaços distintos para a homens e mulheres.

A autora Vianna e o autor Neves (2013) advertem que a cultura escolar é formada por um conjunto de práticas pedagógicas, princípios e normas criados e fixados ao longo do tempo, como uma construção histórica e, por isso mesmo, não passível de neutralidade. E, também, evocam as condições de resistência providas por esse espaço escolar.

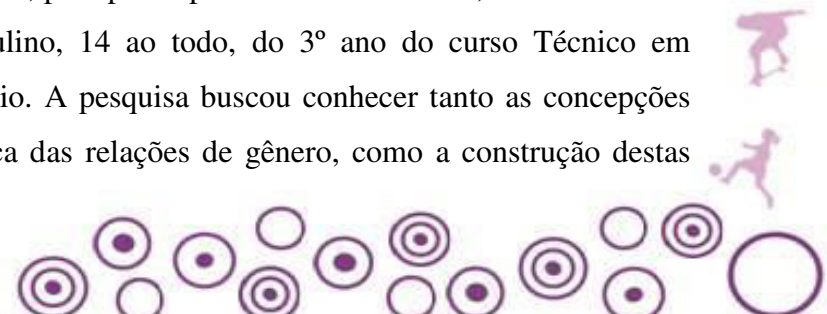
Outra condição que institui as desigualdades de gênero, é apontada por Louro (2008) ao destacar que, nas práticas escolares, as marcas de gênero são produzidas e reproduzidas, por meio da linguagem, como um dos principais veículos de exclusão, distinção e sustentação de relações de poder. Essas condições ecoam nas práticas que passam a ser generificadas aos olhos dos/as alunos/as, ao distinguirem práticas tidas como femininas e masculinas, atribuindo as primeiras condições de inferioridade.


Durante o levantamento do contexto sócio histórico da pesquisa, encontrou-se as marcas de generificação desde as primeiras legislações destinadas a modalidade profissional. A autora Romanelli (2010) aponta que a constituição de 1891 dividia o ensino profissionalizante em escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes. No estado do Paraná, segundo Martiniak (2011) foram criadas, na década de 1930, mais precisamente em 1938, oito escolas para formação de trabalhadores rurais. É importante destacar que o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais (PARANÁ, 1939) previa a possibilidade da oferta de ensino agrícola para mulheres, desde que fosse ofertado em instalações distintas e independentes e, ainda, acrescido de programas de educação doméstica a fim de torná-las, também boas donas de casa. Com essa concepção de feminilidade ligada ao lar e ao campo privado estabelecia-se a segregação profissional feminina.

O contexto sócio histórico e metodológico : O CEEP

A pesquisa foi realizada no Centro Estadual de Educação Profissional Sudoeste do Paraná, doravante nominado como CEEP, entre os meses de novembro e dezembro de 2017. Nesta data contava com 255 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária, 201 meninos e 54 meninas que, em sua maioria, viviam sob o regime de internato residindo no resumo mesmo local, durante a semana.

Desse contexto foram selecionados, para participar da coleta de dados, 7 estudantes do gênero feminino e 7 do gênero masculino, 14 ao todo, do 3º ano do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio. A pesquisa buscou conhecer tanto as concepções individuais dos sujeitos sobre a temática das relações de gênero, como a construção destas





relações nos grupos e no espaço do CEEP. Com esse intento optou-se pela proposta metodológica baseada no Grupo Focal (GF) e na Hermenêutica de Profundidade (HP), cuja interpretação pautou-se na Análise de Discurso (AD). Essas seleções tiveram como base os estudos de Gatti (2005), Thompson (2011) e Orlandi (2009).


A escolha da metodologia da HP proposta por Thompson (2011), ocorreu por considerar que abarca a complexidade de análise e interpretação necessárias para abordar à temática de relações de gênero que, exige ao mesmo tempo, a análise da construção de significados pelos sujeitos envolvidos/as, como pelo conhecimento das condições sócio históricas em que são produzidos e sustentados. Para ilustrar, destacamos, um recorte enunciativo, oriundo dos discursos coletados nos GF, o qual permite demonstrar a corporificação ou objetivação de alguns dos elementos que compõe as duas premissas da categoria analítica gênero elaborada por Scott (1995).

Primeiramente, durante a coleta de dados observou-se que, o número de vagas, ofertado para as meninas é muito inferior ao destinado para os meninos. Fato que, poderá influenciar, na demanda por vagas. Consultadas as listas de classificados em processos seletivos entre os anos de 2016 a 2018 constatou-se que a relação aprovados X vagas de internato foi da ordem de 2,1 para meninas e 1,3 para meninos. Esta relação numérica evidencia uma política institucional excludente, como sinaliza Scott (1995) no segundo e terceiro elementos de sua primeira premissa, ou seja, uma proposta escolar que produz a ideia de que aquele não é um espaço feminino, ao ser institucionalizado e naturalizado ao longo do tempo.

Durante a realização dos GF as participantes relataram essa condição como uma das causas de exclusão feminina do curso e, também pelo fato de as famílias não desejarem arcar com alojamentos fora do CEEP devido a falta de “supervisão”³. Em continuidade, relataram que as regras de conduta e comportamento tem níveis de exigência diferenciadas para meninas e meninos. Às meninas são vetadas o uso de roupas curtas, calças justas e regatas, ao serem pressionadas a não infringir estas normas pela possível perda da vaga de internato. Tais posicionamentos tem clara ligação aos ideários sociais de controle do corpo feminino, por sua representação simbólica, ora como algo puro que deve ser protegido (famílias), ora como algo indomável potencializador dos instintos sexuais masculinos, aqui a imagem da santa X devassa se faz presente.

³ Leia-se “controle” físico das meninas.





Os participantes encaram a pouca representação feminina, nesse espaço, como algo natural e não fruto de símbolos de feminilidade e subjetivação de identidade, já que em seus discursos atribuem as colegas meninas frases sobre uma suposta preocupação com a estética, com a limpeza e delicadeza. As relações hierárquicas se traduzem na demarcação de territórios, nos quais sujeitos podem/devem ou não estar inseridos. Nesta direção as falas de alguns participantes do GF são esclarecedoras:

MO7⁴: Tem que agradecer que tem alojamento, porque quantas gurias não têm.
(...)

MO1: Vocês têm 15% de meninas aqui. Vocês poderiam ser apenas... olha, três, seis. Vou escolher meia dúzia aqui. (BELANI, 2017, p. 13).

A afirmação de que as colegas deviam agradecer por terem algumas vagas disponibilizadas e, que poderiam terem bem menos a disposição, evidencia a forte presença da relação de poder estabelecida entre o feminino e o masculino. Fica latente, nesta fala, que o masculino é considerado como o ocupante por direito neste espaço profissionalizante. Ao reconhecerem que, ao dar o direito às meninas de frequentarem esse espaço, não legitimam sua participação, no curso de agropecuária, reconhecido por eles como uma área de atuação masculina⁵.

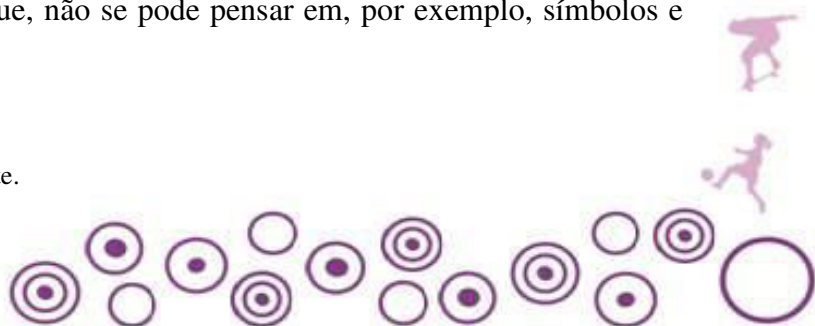
Os participantes explicitaram, em suas falas, a crença de que os homens têm mais aptidão para desenvolver as atividades ligadas a certas práticas que envolvem processos de mecanização ou cultivo. Essa crença está relacionada, especialmente com a concepção que estabelece uma dicotomia ligada a força X fraqueza como uma aptidão naturalmente masculina, acrescida e reforçada por práticas docentes que reforçam essa crença ao proporem atividades separadas para meninas e meninos. Esse entre outros fatos deixa explícito como os mecanismos de reprodução da generificação ligados as atividades produtivas, tem se utilizado do discurso escolar para produzir e, ao mesmo tempo, validar assimetrias de gênero.


Algumas ponderações

Ao considerarmos os dados apresentados e suas relações com a teoria de Scott, como uma concepção multifacetada de complexas relações de diversos níveis: subjetivos e objetivos; de ordem interna e externa; de relação entre e intra sujeitos ou grupos, compreende-se que a exclusão feminina de certos cursos e carreiras é composta por diversos condicionantes. Ou seja, apreendemos que, não se pode pensar em, por exemplo, símbolos e

⁴ Identificação anônima aos dois participantes.

⁵ Em outras falas esse discurso fica muito evidente.





características atribuídas ao gênero, sem questionar e analisar como se perpetuam e se reproduzem nos espaços escolares.

Ainda, implica pensar esses condicionantes como construções sociais e históricas, bem como apresentarem fatores passíveis de mudança, através das mesmas instituições e mecanismos que os criaram, já que uma vez expostos revelam uma dupla alternativa: a conformação das alunas mediante os símbolos e características atrelados naturalmente ao gênero feminino e serem levadas a crer que, realmente não escolheram uma profissão tida como feminina. Ou, por outro lado, reafirmarem suas aptidões para áreas consideradas masculinas. Ultrapassarem essas barreiras deverá ser um papel atribuído tanto as meninas como aos meninos, para a compreensão e superação dos estereótipos que sustentam e reproduzem as desigualdades presentes nas relações de gênero.

Longe de concluir, a pesquisa buscará na continuidade da análise e debate sobre os discursos dos sujeitos envolvidos/as, não só a compreensão dos fenômenos à luz das teorias selecionadas mas, a indicar sugestões sobre as formas de mitigação dos mecanismos de exclusão que, sustentam e reproduzem, equívocos relacionados a concepções antagônicas sobre a profissionalização concebida como feminina, ou apenas, como masculina.

Referências

BELANI, Eliane Isabel. **Grupo focal heterogêneo**. Chapecó: UFFS, 2017.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber livro, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Editora Porto, 2000.

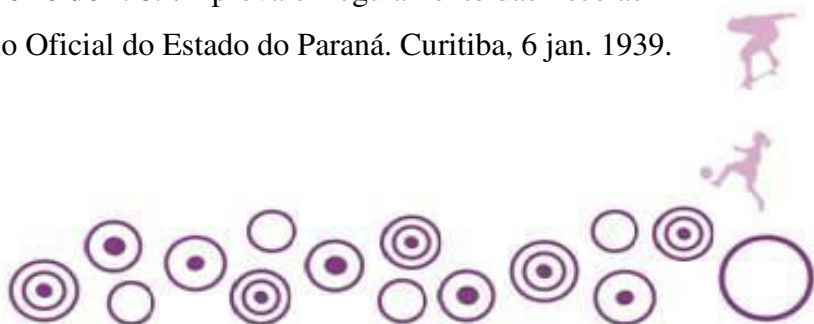
_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

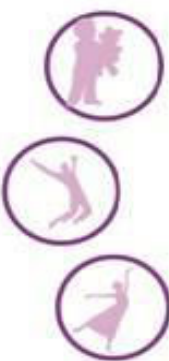
MARTINIAK, Vera Lucia. **Processo histórico de institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais, PR**. 2011. 129f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em:

<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/25112>> Acesso em: 10 mar. 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PARANÁ. **Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939**. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais no Estado. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 6 jan. 1939. Disponível em:





<<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=iniciarProcesso&retiraLista=true&site=1>> Acesso em: 02 mar. 2017.

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2010

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**. São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>> Acesso em: 30 jul. 2016.

SETTON, M.; VIANNA, C. Socialização de Gênero e violência simbólica: um diálogo com Joan Scott, Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. *In*: GOMES, L.; Reis, M. dos (Org.). **Infância: sociologia e sociedade**. São Paulo: Attar Editorial, 2014. p. 221-236.

VIANNA, C. NEVES, P. Padrões de Gênero e relações afetivas entre jovens na escola: entre reproduções e rupturas. *In*: BOMFIM, M.C.A; BOAKARI, F.M.; ARAÚJO, J.E.N.

Educação, Diversidades e Políticas de Inclusão. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 63-77

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. 9. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2011.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

